



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1157/1990

Que dispõe sobre a Organização e Atribuições do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas gerais, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ao Conselho Municipal de Saúde – CMS -, integrante do Sistema Único de Saúde, compete:

I – atuar na formulação da estratégia e no controle de execução da Política Nacional de Saúde, em nível municipal;

II – estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços;

III – planejar e fiscalizar a distribuição dos recursos destinados à saúde através do controle do Fundo Municipal de Saúde;

IV – aprovar os critérios e valores para remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial;

V – propor critérios para a definição de padrões e parâmetros assistenciais;

VI – acompanhar e controlar a atuação do setor privado da área de saúde credenciado mediante contrato ou convênio;

VII – acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, visando à observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sócio-cultural do município.

Art. 2º O CMS, presidido pelo Secretário Municipal de Saúde, terá a seguinte composição:

I – um representante do Poder Executivo;

II – um representante do Poder Legislativo;

III – um representante de cada associação de classe do município.

§1º Os membros do CMS serão nomeados pelo Prefeito Municipal mediante indicação de cada setor e classe de que trata o **caput** do presente artigo;

§2º Os órgãos e entidades referidas neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor substituição dos seus respectivos representantes;

§3º Será dispensado o membro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a seis intercaladas no período de um ano;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§4º No término do mandato do Prefeito Municipal nomeante considerar-se-ão dispensados todos os membros do CMS;

§5º As funções de membro do CMS não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à preservação de saúde da população de Passa Quatro.

Art. 3º Consideram-se colaboradores do CMS as universidades e demais entidades de âmbito nacional, estadual, representativas de profissionais e usuários dos serviços de saúde.

Art. 4º O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

§1º As sessões Plenárias do CMS instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes.

§2º Cada membro terá direito a um voto.

§3º O Presidente do Conselho Municipal de Saúde terá, além do voto comum, o de qualidade, bem assim a prerrogativa de deliberar **ad referendum** do Plenário.

§4º As decisões do CMS serão consubstanciadas em Resoluções.

Art. 5º Atuará como Secretário do CMS um membro do Conselho designado pela Plenária.

Art. 6º O CMS poderá convidar entidades, autoridades, cientistas e técnicos nacionais ou estrangeiros, para colaborarem em estudos ou participarem de comissões instituídas no âmbito do próprio CMS, sob a coordenação de seus membros.

Parágrafo único. As Comissões terão a finalidade de promover estudos com vistas à compatibilização de políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde, em especial:

- a) vigilância sanitária;
- b) vigilância epidemiológica;
- c) saúde do trabalhador;
- d) saúde do idoso;
- e) saúde da mulher;
- f) saúde da criança e do adolescente;
- g) saúde do portador de deficiência;
- h) alimentação e nutrição;
- i) saneamento básico.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 7º Serão criadas comissões de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior, com a finalidade de propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde, na esfera correspondente, assim como em relação à pesquisas e a cooperação técnica entre essas instituições.

Art. 8º A organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde serão disciplinados no Regimento Interno, aprovado pela Plenária.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 5 de setembro de 1990.

Wilson Siqueira
Prefeito Municipal

Ângelo Augusto e Silva Ribeiro
Diretor Municipal Administrativo